

Pandemia, trabalho de reprodução social e espaço imobiliário

Carolina Alvim de Oliveira Freitas¹

Resumo

No Brasil, a pandemia pela covid-19 evidencia a maior incidência de internações, mortes e perda de trabalho e renda entre trabalhadores de categorias profissionais associadas à reprodução social – saúde, limpeza urbana, limpeza e manutenção, serviço doméstico, alimentação. O texto busca restituir alguns símbolos que marcam a gravidade social do espraiamento da doença, enfatizando como ela se manifesta nas oposições de classe materializadas nas relações de trabalho reprodutivo vinculado à manutenção do espaço imobiliário. A partir das constatações da realidade desigual da pandemia, ilumina tendências contemporâneas contraditórias entre *trabalho reprodutivo* e *espaço urbano* no Brasil.

Palavras-chave: reprodução social; raça; gênero; espaço urbano; capital imobiliário.

Abstract

In Brazil, the covid-19 pandemic shows the highest incidence of hospitalizations, deaths and loss of work and income among workers in professional categories associated with social reproduction - health, urban cleaning, cleaning and maintenance, domestic service, food. The text seeks to restore some symbols that mark the social severity of the spread of the disease, emphasizing how it manifests itself in the class oppositions materialized in the relations of reproductive work linked to the maintenance of the real estate space. Still, it illuminates, based on the findings of the unequal reality of the pandemic, contemporary contradictory trends between reproductive work and urban land in Brazil.

Keywords: social reproduction; race; gender; urban space; real estate.

¹ Doutoranda em Habitat pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Introdução

No Brasil, a pandemia por covid-19 evidencia a maior incidência de internações, mortes e perda de trabalho e renda entre trabalhadores de categorias profissionais associadas à reprodução social – saúde, limpeza urbana, limpeza e manutenção, serviço doméstico, alimentação. O texto busca restituir alguns símbolos que marcam a gravidade social do espriamento da doença, enfatizando como ela se manifesta nas oposições de classe materializadas nas relações de trabalho reprodutivo vinculado à manutenção do espaço imobiliário. A partir das constatações da realidade desigual da pandemia, ilumina tendências contemporâneas contraditórias entre *trabalho reprodutivo e terra urbana* no Brasil.

A intenção é evidenciar como as transformações nas metrópoles são atravessadas pelo processo de subordinação do trabalho de reprodução social aos novos desenhos de produção, circulação e consumo no espaço urbano. A reestruturação nas formas de produção e consumo do ambiente construído se imiscui à tradicionalidade da reprodução diferencial das famílias proprietárias brasileiras, herança da domesticidade colonial que hoje pode ser, por meio de um tipo de espaço produzido e consumido, forma de extração de mais-valor e renda imobiliária.

Como ilustração desta hipótese, e pela vocação simbólica desta realidade durante a pandemia, recorda-se aqui o óbito fundacional pela contaminação do vírus, em março de 2020, de Cleonice Gonçalves, trabalhadora doméstica desde os 13 anos no Rio de Janeiro, que morreu ao cuidar da patroa doente vinda de uma abastada viagem a Itália em seu apartamento no Leblon, bairro com maior preço imobiliário da cidade². Lembra-se também do mais brutal assassinato – fosse possível nivelar a gravidade da morte –, que condenou Mirtes Souza, também trabalhadora doméstica em Recife, a trabalhar sem dispensa durante a pandemia e a viver sem seu filho Miguel, menino que faleceu depois de cair do nono andar de uma torre residencial de alto padrão no Cais de Santa Rita, pela omissão homicida de Sarí Côrte-Real, a patroa de Mirtes, ex-primeira-dama de Tamandaré e filha do grande empresário do ramo da indústria da construção, Jorge Côrte-Real, ex-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Pernambuco, ex-presidente Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco –FIEPE e atual diretor da Confederação Nacional da Indústria³.

² *Morte de trabalhadora doméstica por coronavírus escancara falta de políticas para proteger a classe*. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/morte-de-trabalhadora-domestica-por-coronavirus-escancara-falta-de-politicas-para-protger-a-classe/>. Acesso em: 31.05.2021.

³ *O quarto de empregada e a morte de Miguel*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-quarto-de-empregada-e-a-morte-de-miguel/>. Acesso em: 31.05.2021.

A edificação onde ocorreu o crime, as Torres Gêmeas de Recife⁴, marco de todo lume estrutural de aço e vidro típico do processo de transformação das cidades brasileiras pelo capital imobiliário financeirizado, incrusta as arcaicas relações coloniais nas quais a classe dominante brasileira segue persistindo. São padrões urbanos de reprodução historicamente incomparáveis, mas, mesmo assim, precursores do ponto de vista do avanço da estratégia planetária de acumulação via imobiliário.

Há um descomunal contingente de milhões de seres humanos negros no Brasil⁵ que repõe, diariamente, o espaço urbano-imobiliário de tal modo que este possa seguir sendo abstrato, asséptico, espectral, como nas fotografias das revistas de decoração. Para milhões, não há futuro na apodrecida, embora imperecível, arquitetura retrofuturista que anima luxos burgueses e capitaliza a concentração patrimonial nas metrópoles.

Neste espaço abstrato, nos comentários de Henri Lefebvre,

[...] dondequiera se sienta su influencia, la muerte del cuerpo se cumple de dos maneras: una simbólica y otra concreta. Concretamente, por efecto de las violências; simbólicamente, mediante la fragmentación de lo vivo. Esto es particularmente cierto em el caso del cuerpo femenino, transformado en valor de cambio, signo de mercancías y en mercancía misma. [...]

Curioso espacio, pues es homogéneo y a la vez se compone de guetos. Transparente y aparente: tramposo. Falsamente verdadero y “sincero”: no es el objeto de una falsa conciencia sino, al contrario, el lugar y el médio que engendra (produce) la falsa conciencia. La apropiación, que en cualquier forma, concreta y efectiva, debería simbolizarse (dar lugar a símbolos que la *presenten*, que la hagan presente) s ve *significada* e ilusoria. Una vez

⁴ As Torres Gêmeas do bairro São José, como são popularmente conhecidos os Edifícios Pier Maurício de Nassau e Pier Duarte Coelho, são objeto de denúncia em produções cinematográficas nacionais sistematizadas no artigo de Lima (2011). O empreendimento onde houve o homicídio do menino Miguel, muito antes do episódio, já simbolizava o antagonismo entre o avanço imobiliário nas áreas portuárias na cidade e as lutas pelo espaço urbano em Recife, a exemplo do Movimento Ocupe Estelita. Sobre este empreendimento imobiliário e o contexto do Projeto Novo Recife, onde se insere como marco das transformações urbanas em Recife, ver Veras (2014).

⁵ “A pesquisa conclui que o trabalho doméstico remunerado ainda é caracterizado por uma atividade precária, com baixos rendimentos, baixa proteção social, discriminação e até assédio. Mais de 6 milhões de brasileiros dedicam-se a esses serviços como mensalistas, diaristas, babás, cuidadoras, motoristas, jardineiros ou quaisquer outros profissionais contratados para cuidar dos domicílios e da família de seus empregadores. Desse total, 92% são mulheres – em sua maioria negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda”. *Estudo do Ipea traça um perfil do trabalho doméstico no Brasil*. 23/12/2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35255>. Acesso em: 31.05.2021.

admitido este dilema las implicaciones y consecuencias se descubren casi inagotables. Este espacio *contiene* mucho pero oculta (nega) el contenido en vez de indicarlo (Lefebvre, 2013 [1974], p. 346)⁶.

Economicamente, o tradicionalíssimo trabalho concreto não pago que regeu a acumulação capitalista originária no Brasil, quando a propriedade de homens e mulheres escravizados era desempenhada como renda capitalizada⁷, se amalgama ao moderno trabalho doméstico concreto improdutivo e assalariado, atado à renda imobiliária das edificações urbanas.

Embora frequentemente se denuncie o trabalho doméstico assalariado no Brasil como extensão da escravização colonial, haja vista seu baixo valor de troca, representativo do rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho na periferia capitalista, é preciso lembrar que é precisamente este aspecto do “atraso brasileiro” que garante a acumulação financeirizada contemporânea, atuando como um elemento infraestrutural de contratendência da depreciação da propriedade privada imobiliária. Para que o valor de troca do imobiliário – flats, hotéis, shoppings, apartamentos, prédios, bairros, se mantenha, o trabalho coletivo de conservação de seu valor de uso é uma condição.

Os modos de viver e habitar as cidades – a domesticidade abstrata dos apartamentos ostensivos, que se convertem em ativos financeiros preferenciais às famílias e grupos proprietários – dependem, continuamente, dos quartinhos de empregada, a senzala residual dos designs e plantas arrojadas. Trata-se de uma espacialidade inconstrangível, a despeito da legislação escandalosamente recente que reconhece direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas (Costa et alii, 2016).

Como resume a clássica afirmação de José de Souza Martins sobre a condenação estrutural da sociedade brasileira, “se a *terra fosse livre*, o *trabalho* tinha que ser escravo; *se o trabalho*

⁶ “[...] onde quer que sua influência seja sentida, a morte do corpo se realiza de duas formas: uma simbólica e outra concreta. Concretamente, em decorrência da violência; simbolicamente, por meio da fragmentação do vivo. Isso é particularmente verdadeiro no caso do corpo feminino, transformado em valor de troca, em signo de mercadoria e na própria mercadoria. [...] Espaço curioso, porque é homogêneo e ao mesmo tempo constituído por guetos. Transparente e aparente: trapaceiro. Falsamente verdadeiro e "sincero": não é objeto de uma falsa consciência, mas, ao contrário, o lugar e o meio que engendra (produz) a falsa consciência. A apropriação, que de qualquer forma, concreta e eficaz, deve ser simbolizada (dar origem a símbolos que a apresentam, que a tornam presente), é vista como significativa e ilusória. Uma vez admitido esse dilema, as implicações e consequências são quase inesgotáveis. Esse espaço contém muito, mas oculta (nega) o conteúdo ao invés de indicá-lo” (tradução nossa).

⁷ A aproximação interpretativa entre o trabalho escravizado e a renda fundiária pode ser ilustrada por meio da seguinte passagem em Martins (2018, p.129): “O preço do escravo era, na verdade, um tributo que o fazendeiro pagava ao traficante para ter direito de explorar a mão de obra do negro [...]. Tratava-se, pois, de uma imobilização improdutiva de capital, de conversão de capital em renda capitalizada”.

fosse *livre*, a *terra* tinha que ser escrava” (Martins, 2018, p. 10). O espaço urbano imobiliário segue, desse modo, operando o cativo da terra fundante das relações sociais de produção por essas bandas; um cativo imobiliário que se converte em materialidade lastradora de capital fictício.

Trabalho reprodutivo e reprodução diferencial

As categorias profissionais responsáveis pelo trabalho de reprodução social, ou seja, pelo trabalho coletivo que repõe diária e geracionalmente as condições para que a generalidade da produção de bens e serviços possa se perpetuar, têm, sem dúvida, a sua centralidade revelada num momento de crise sanitária mundial, em que a logística global do cuidado social está posta em xeque.

A expressiva prevalência de internações e óbitos por covid entre trabalhadoras da saúde, domésticas, babás, cozinheiras, garis, “a linha de frente”, como assim se popularizou chamar estas trabalhadoras, é, neste momento, notabilizada pelo seu desempenho indispensável na manutenção de padrões reprodutivos sociais. Trata-se de um conjunto de atividades infraestruturais que se apresentam como condições gerais das relações sociais de produção. Paradoxalmente, é no instante em que se joga luz sobre estas atividades continuamente invisibilizadas, ocultadas, sem valor, nos termos da economia política, que esta condição de essencialidade não aparece como valorização, mas, no caminho oposto, com o jugo de uma descartabilidade já esgarçada, coroada por uma certa legitimação circunstancial, enfim, da decretação da morte dessas trabalhadoras e desses trabalhadores.

Como já mencionado, o vírus, como uma paródia trágica da formação brasileira, chega ao país por meio de pessoas infectadas que estavam viajando para outros continentes e suas primeiras vítimas fatais conhecidas são uma empregada doméstica do Rio de Janeiro e um porteiro em São Paulo. É uma situação que evidencia o padrão de consumo resultante do tipo de acumulação e de concentração de renda que formou o capitalismo brasileiro e naturalizou que os ricos reproduzem suas vidas dispondo de um contingente de trabalhadores que limpa suas privadas, piscinas e mármore; abre as portas de seus carros, prédios e elevadores; cuida de sua comida, seu tempo livre e suas crianças.

Como já descrito, um imenso conjunto do proletariado brasileiro está imerso na tarefa de garantir a reprodução diferencial das famílias proprietárias, em suas casas, escritórios, garagens, condomínios, clubes, salões, supermercados, academias. São justamente empregadas

domésticas, faxineiras, cozinheiras, babás, cuidadoras, enfermeiras, porteiros, vigias, motoristas, caixas, garçons, auxiliares, que figuram, ao mesmo tempo, entre as categorias de trabalho que mais empregam no Brasil e que são mais mal remuneradas⁸.

Quando Francisco de Oliveira descreve o papel econômico dos “serviços pessoais” na acumulação industrial brasileira, alerta que, longe de serem mão de obra de um arcaísmo residual, estes trabalhadores são muito adequados ao processo de acumulação e concentração de capital:

Como explicar que todos os tipos de serviços de consumo pessoal cresçam mais exatamente quando a indústria recupera seu dinamismo na criação de empregos e quando todo um processo se cristaliza – conforme os resultados do censo demográfico de 1970 – numa distribuição da renda mais desigual? Esses tipos de serviços, longe de serem excrescência e apenas depósito do “exército industrial de reserva”, são adequados para o processo de acumulação global e da expansão capitalista e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração de renda (Oliveira, 2013, p. 58).

Quando não há infraestrutura, sobretudo nas cidades, já que o Brasil se torna um país eminentemente urbano, para a industrialização e socialização desses serviços pessoais, a infraestrutura passa a ser então este trabalhador coletivo que, a despeito de não ser necessariamente produtivo, ou seja, não produzir diretamente lucro direto (embora até haja um processo significativo de mercantilização desses serviços que o tornam produtores de valor), é condição para a reprodução das relações sociais de produção, das relações abismais de classe que arregimentam as particularidades históricas relativas aos mecanismos de diferenciação racial e de gênero no interior do proletariado brasileiro.

A reprodução subordinada à reestruturação imobiliária financeirizada

Há um debate extenso sobre o significado do processo de mudanças que reforçam o domínio econômico das finanças na acumulação capitalista atual. É possível dizer, rapidamente, que este domínio subordina o trabalho e, por redundância, a vida, à representação do dinheiro, à concentração e centralização de títulos que representam valores produzidos socialmente. Como

⁸ *Domésticas estão no grupo dos mais atingidos pela crise econômica da pandemia*. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral.domesticas-estao-no-grupo-dos-mais-atingidos-pela-crise-economica-da-pandemia,70003654505>. Acesso em: 31.05.2021.

uma miragem, títulos financeiros se multiplicam e, ao mesmo tempo, respondem pela ultraconcentração e centralização de capitais ao redor do globo. O crescente domínio das finanças significa a dissociação mais radical entre a representação do dinheiro e os valores dos bens e serviços que reproduzem a vida e a sociedade.

A lógica das finanças foi gestada no seio do capital produtivo, na indústria, sobretudo na função de crédito, mediação necessária para a produção, para, como tendência mais recente historicamente, subordinar o capital produtivo à sua própria forma e finalidade, como apontam autores como François Chesnais. O domínio das finanças reconfigurou as empresas, os estados, o trabalho (a sua organização e gestão), o consumo das famílias:

[...] depois de trinta anos, a “riqueza abstrata” tomou cada vez mais a forma de massas de capital dinheiro à busca de valorização, colocadas nas mãos de instituições (grandes bancos, sociedades de seguros, fundos de pensão e *Hedge Funds*), cuja “profissão” é valorizar seus haveres de maneira puramente financeira, sem sair da esfera dos mercados de títulos e de ativos fictícios “derivados” de títulos, sem passar pela produção. Enquanto que as ações e os títulos da dívida (pública, de empresas ou de famílias) são somente “haveres”, direitos a se apropriar de uma parte do valor e da mais-valia, concentrações imensas de capital dinheiro assumem o “ciclo breve Dinheiro-Dinheiro”, que representa a expressão máxima do que Marx chama de fetichismo do dinheiro (Chesnais, 2013, p. 27).

É precisamente aí onde ingressa o imobiliário. O capital excedente transformado em capital fictício encontra no espaço imobiliário uma solução para seguir sendo rentabilizado. Avança, quantitativa e qualitativamente, a solução que o capital dá à sua própria crise de reprodução, em razão da lei tendencial da queda da taxa de lucro (dinâmica própria e interna à reprodução do capital), por meio da produção do lastro imobiliário, que opera sua como contratendência:

Novos tempos, de uma nova fase do capitalismo que para salvar a si mesmo, se reinventou fazendo crescer os mecanismos de capitalização. Sob o imperativo das rendas (financeiras e imobiliárias) a metrópole acentua sua centralidade, revelando-se mais pela produção de serviços e pela produção imobiliária do que pela produção industrial, como foi no passado a história das mais importantes metrópoles do mundo (Lencioni, 2015, p. 153-154).

A produção imobiliária é um complexo pela qual se cria uma materialidade produzida – as construções – que, quando realizada, obtém altas taxas de mais-valor pelo trabalho superexplorado nos canteiros de obra e, ao mesmo tempo, forma preços de monopólio sobre pedaços do planeta terra e o direito, com isso, de auferir renda da terra.

Por outro lado, a política conduzida pelas finanças e pelo financiamento da produção e do consumo de imóveis, sobretudo a habitação, como notabiliza este caso da crise hipotecária de títulos subprime nos EUA em 2008, é um mecanismo forte de espoliação por endividamento. Então, contraditoriamente, a produção do espaço é solução, mas também é parte constitutiva das crises capitalistas, como Harvey (2005) apresenta, mesmo sendo uma sobrevida estratégica para o capitalismo, para a reprodução contínua do sistema e das suas relações sociais de produção, na acepção de Henri Lefebvre (1973).

O crescimento do mercado da produção imobiliária esteve imbricado, desde a origem, com as finanças e o capital fictício, como fonte de absorção de excedente de mais-valor. E é um ramo produtivo peculiar: o tempo longo de produção e circulação; o fato de criar uma materialidade fixa que sempre forma um monopólio e, por esta razão, permeada de uma desmedida entre seu valor e preço; a exigência de um grande volume de crédito para a sua produção e consumo; o papel particular que o Estado exerce para a sua realização; e o fato, enfim, não menos importante, de o espaço da cidade ser um valor de uso socializado onde se constituem as contradições de classe (Harvey, 1982).

Na totalidade destas transformações urbanas, há, por um lado, a produção de centralidades do capital imobiliário financeiro nas metrópoles, a produção de fetiches de novo protótipo arquitetônico e a relação complexa que reside nele entre tipos de rendas – fundiária, financeira, tecnológica, de marca (Harvey, 2005).

A fragmentação e a hierarquização de certas áreas metropolitanas por meio desse processo de valorização e capitalização produz seu contraditório, sua desigualdade combinada: um movimento espoliativo global que envolve remoções de comunidades e uma precariedade habitacional auto expansiva – pela lógica da valorização e capitalização imobiliária – de amplas parcelas da classe trabalhadora. Em termos espoliativos, esta diferenciação produzida impõe o endividamento familiar para o consumo habitacional, a segregação e a militarização espacial, a circulação precária ou inacessível, além de violências enredadas contra a população negra, feminina e LGBTQI no espaço urbano a ser vendido e consumido como mercadoria.

Outro acontecimento simbólico da pandemia, afeito a este jogo desempenhado pelo avanço do capital imobiliário e pela espacialidade abstrata e fetichista produzida por ele, é o assassinato de João Alberto Silveira Freitas numa unidade do supermercado Carrefour na periferia de Porto Alegre, por sufocamento praticado por seguranças privados terceirizados. Artefato imobiliário expressivo no avanço do capital para as periferias metropolitanas desde os anos 90, os hipermercados também modificaram e induziram esta fragmentação na metrópole na conquista de fronteiras imobiliárias onde o preço da terra urbana historicamente é mais baixo.

O setor comerciário, sobretudo as grandes redes de varejo, apresentam este poder de apropriação imobiliária que devastam e transformam paisagens inteiras; enquanto isso, de perto, homens negros são sufocados até a morte nesta mesma materialidade imobiliária, em que as relações sociais de propriedade são diferencialmente controladas pela segurança das mercadorias e isto exige a repressão e vigilância profissionalizada de um alvo inimigo preferencial:

O primeiro dos elementos sempre constantes nesses casos é o envolvimento de agentes de “segurança” privada. A ideia de segurança que norteia a ação de tais agentes tem foco nas mercadorias e não nas pessoas, e resulta de uma sociedade que trata negros como inimigos. Não é por acaso a ligação entre empresas de segurança privada e agentes da segurança pública. A ideia que se tem de segurança não se desvincula do racismo. Para os negros tornou-se comum a vida em um mundo em que se casam terror e circulação mercantil. Nesse mundo, a humanidade para o negro só dura entre o primeiro e o último produto a passar pelo caixa (Almeida, 2020).

Mas esta é uma dimensão do problema e do “lugar” (ou “não lugar”) do homem negro nesse espaço, no exemplo dado acima. Afinal, o espaço é produzido enquanto experiência concreta e imediata. E aparece aí, novamente, a particularidade do imobiliário. A construção civil é um ramo produtivo destacado pela extração de mais-valia absoluta e por ter uma composição orgânica baixa, ou seja, emprega tecnologia, mas é mais gerencial do que propriamente de maquinário que substitua o trabalho vivo na produção. Há um amplo e histórico debate a respeito (Ferro, 1979; Topalov, 1984; Maricato, 1979; Baravelli, 2017).

Na história brasileira, o enorme êxodo diaspórico do Nordeste ao longo de décadas para conformar a metropolização no sudeste respondeu a essa demanda de mão de obra nos

canteiros, no caso dos homens, e do emprego doméstico no imobiliário urbano, no caso das mulheres. Este trabalho concreto imediato vinculado ao espaço, seja na sua produção, seja na sua reposição, segue sendo realizado e superexplorado por meio de mecanismos diferenciais da força de trabalho vendida no mercado como mercadoria, que subordina trabalhadoras e trabalhadores negros e de origem nordestina.

São estes mesmos que criam o mais-valor imobiliário por meio da construção ou atendem à necessidade de reprodução da sua materialidade de tal modo que ela não perca valor e não seja depreciada, seja pelo desgaste do tempo, seja pela sua “obsolescência de rentabilidade”, quando o capital vai buscar novos espaços para se tornarem centralidades de investimentos. A transição histórico-espacial, na qual o espaço imobiliário deixa de ser apenas condição ou meio das relações econômicas, mas passa a ser, ele mesmo, um produto e um ramo de mercado que, no Brasil, assume historicamente uma importante presença, absorvendo capital excedente da indústria e reestruturando as metrópoles brasileiras, representa, justamente, a transição do Brasil industrial periférico para um país urbanizado, de acumulação subordinada ao capitalismo financeirizado global.

Este produto imobiliário arquitetônico de tipo residencial ou corporativo será produzido e replicado em diversos lugares, em metrópoles no mundo inteiro. Há paisagens projetadas na Marginal Pinheiros em São Paulo, por exemplo, que são iguais a Dubai, empreendimentos controlados pelos mesmíssimos fundos imobiliários. O que interessa para esta discussão é que esse fluxo de capital, cujo lastro real de valor pode estar fixado em São Paulo e a propriedade ser de um fundo de pensionistas em Londres, este capital, que pode transitar por qualquer parte do mundo, arreda sua valorização na fixidez da construção imobiliária e, com ela, impera a demanda de manutenção deste valor de uso, correspondente ao valor.

Os artefatos, materiais e técnicas arquitetônicas utilizadas nos produtos imobiliários que são arrendados por marcas de tipologias e assinaturas arquitetônicas (capital fictício) exigem um enorme contingente de trabalhadores em condomínios residenciais e corporativos de alto padrão. Trabalhadores da manutenção do ar-condicionado, da segurança privada, da faxina, da limpeza de vidros, da jardinagem, da recepção, da lavanderia, são numerosas as atividades hoje arranjadas no setor de *facilities & properties*, como nomina o mercado desta indústria de serviços. É a mercantilização do trabalho vista sobretudo por meio da terceirização das atividades-meio, de manutenção espacial das edificações, de seus sistemas e materiais e que

representam os custos de manutenção, sejam eles recursos despendidos de patrimônio familiar ou de capital fixo empresarial.

Em outro aspecto, toda a infraestrutura de produção e circulação das mercadorias é o próprio capital fixo socializado que chamamos de “espaço urbano”; ela também será apropriada no processo de produção e de valorização e subordinará, por exemplo, os entregadores de aplicativo, categoria notabilizada pela organização de greves durante a pandemia, quando o desempenho da sua atividade também se sobressaiu pelo aumento do comércio digital e pela visibilização da precariedade e risco à contaminação de seus trabalhadores. A infraestrutura tecnológica monopolizada pelas empresas de plataformas digitais subordina e recria as relações de exploração a partir da renda de capital fixo espacial. Lefebvre já apontava algo nesse sentido em 1974 quando afirma:

Esta expansion del capital fijo permite a su vez la del capital variable. De forma sorprendente, sin duda, pues contrariamente a algunas predicciones, la incorporación del conocimiento y técnica a la producción ha movilizad un volumen considerable de mano de obra, una massa de trabajadores poco cualificados entregados a las tareas de excavación, construcción y mantenimiento (p. 379)⁹.

Portanto, por meio do que se chama de “urbanização de serviços”, na falta de outra conceituação, segue o forte e evidente predomínio do assalariamento nos serviços de reprodução diferencial, e há, ainda, esta incorporação do trabalho de reprodução do espaço nas cadeias de valor e realização do consumo. Os empreendimentos imobiliários que reestruturam as metrópoles contribuíram para essas novas tendências, nas quais o emprego tradicionalmente improdutivo se torna produtor de valor, através da exploração oriunda de um processo de industrialização de serviços urbanos e imobiliários.

Conclusão: opressão, espoliação e exploração na produção imobiliária

Não há como tratar enquanto aspectos distintos a opressão racial e de gênero, a espoliação urbana e a exploração do trabalho vinculada ao imobiliário pois são relações sociais

⁹ “Essa expansão do capital fixo, por sua vez, permite a expansão do capital variável. Surpreendentemente, sem dúvida, porque ao contrário de algumas previsões, a incorporação do conhecimento e da técnica na produção mobilizou um volume considerável de mão-de-obra, uma massa de trabalhadores pouco qualificados dedicados às tarefas de escavação, construção e manutenção” (tradução nossa).

simultâneas marcadas pela codeterminação, podendo apenas serem postas de maneira relacional. São momentos concretos da vida social que esculpem a mesma totalidade que constitui a classe trabalhadora brasileira na sua materialidade e espacialidade.

A opressão – de raça, gênero, sexualidade, nacionalidade, entre outras – é uma operação de diferenciação da força de trabalho na conversão de elementos naturais em elementos sociais e de elementos sociais em naturais. Esta diferenciação não se dá apenas no nível da oferta desta mercadoria que é a força de trabalho no mercado, onde a força de trabalho feminina e negra vale menos, pois ela vale menos, justamente, desde antes das trocas no mercado.

A opressão é esta diferenciação anterior à troca, uma acumulação primitiva relacionada à corporificação e desumanização, portanto, dos trabalhadores, de tal modo que o valor auferido para que uma trabalhadora negra possa sobreviver no Brasil seja efetivamente menor que o restante dos trabalhadores. Nisto também incorre a espoliação, a expropriação pela acumulação global de capital, já que estes trabalhadores mais oprimidos estão fadados, na sociedade urbana, a viver menos e pior, habitar precariamente, despende mais montante salarial em moradia, estar sob a mira do terrorismo de Estado por estarem circunscritos a certos territórios controlados etc., processos associados ao avanço imobiliário e o monopólio da propriedade privada do espaço.

É um fetiche complexo que se perpetua como estratégia de reprodução do capital, na medida em que essas diferenciações também se internalizam ao próprio conjunto geral daqueles e daquelas que vivem de trabalhar e os coloca uns contra os outros. Como o capital depende relutantemente da reprodução geracional e diária da força de trabalho, não pode deixar de despende recursos para sua manutenção, mas atua permanentemente para rebaixá-los.

Esta tendência imanente do capitalismo se dá, no Brasil, particularmente pela dominação racial e de gênero reproduzida pelas relações sociais não capitalistas que se estabeleceram por meio da domesticidade colonial, a espacialidade de convívio fetichista entre as famílias proprietárias e os trabalhadores e trabalhadoras mais despossuídos. Como já mencionado, longe de se perpetuar como “atraso”, o emprego doméstico e reprodutivo imobiliário serviu como alavanca para a acumulação industrial brasileira no século XX, naqueles termos citados de Oliveira (2013, p. 58) e para a acumulação financeirizada do século XXI, com protagonismo na atividade de manutenção dos valores de uso dos produtos imobiliários nas metrópoles. O que a pandemia fermenta e enseja é um futuro reservado à luta desse proletariado urbano.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **O Brasil não é um país seguro para negros e negras nem na hora das compras.** Folha de São Paulo, 26 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/silvio-almeida/2020/11/o-brasil-nao-e-um-pais-seguro-para-negros-e-negras-nem-na-hora-das-compras.shtml>>. Acesso em: 31.05.2021.

BARAVELLI, José Eduardo. **Trabalho e tecnologia no Programa MCMV.** São Paulo: Annablume, 2017.

CHESNAIS, François. **As raízes da crise econômica mundial.** Revista Em Pauta, 1º sem. 2013, n. 31, v. 11, p. 21-37. Rio de Janeiro, 2013.

COSTA, Joana Simões de Melo; BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; HIRATA, Guilherme. **Efeitos da ampliação dos direitos trabalhistas sobre a formalização, jornada de trabalho e salários das empregadas domésticas.** Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília : Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7264/1/td_2241.pdf. Acesso em: 31.05.2021.

FERRO, Sérgio. **O Canteiro e o Desenho.** São Paulo: Projeto Editores Associados, 1979.

HARVEY, David. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas.** In: Rev. Espaço e Debates. São Paulo, Cortez. N. 6, jun/set. 1982.

_____. **A produção capitalista do espaço.** Annablume, São Paulo, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A Re-produção das relações de produção.** Porto: Edições Escorpião, 1973.

_____. **La producción del espacio.** Madrid: Capitán Swing Libros, 2013 [1974].

LENCIONI, Sandra. **Metrópole e sua lógica capitalista atual face ao regime de acumulação patrimonial.** Revista Mercator, Fortaleza, v. 14, n.4, Número Especial p. 149-158, dez. 2015.

LIMA, Jamerson de. **Das torres do alto às sombras no chão**. Revista Marimbondo, janeiro de 2011. Disponível em: <<http://revistamarimbondo.com.br/artigo/22>>. Acesso em: 31.05.2021.

MARICATO, Ermínia (org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica da razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

TOPALOV, Christian. **Le profit, la rente et la ville: éléments de théorie**. Paris: Economica, 1984.

VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti. **Paisagem-postal: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13174>>. Acesso em: 31.05.2021.